

## Caminhos da Educação Escolar Indígena entre países colonizados pela Inglaterra e suas diferenças

Paulo Roberto Vilarim<sup>1\*</sup> , Décio Ruivo Martins<sup>1</sup> , Sérgio Paulo Jorge Rodrigues<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade de Coimbra – Coimbra, Portugal

\*Autor de correspondência: [paulo.vilarim@ifms.edu.br](mailto:paulo.vilarim@ifms.edu.br)

### RESUMO

Neste artigo iremos analisar os caminhos da educação escolar indígena (EEI) em três países colonizados pela Inglaterra. Objetiva-se usar a EEI como pano de fundo para analisarmos as discrepâncias na condução da educação escolar, contando eventos históricos marcantes para a EEI. Foi realizado um estudo bibliográfico sobre a EEI nos países Estados Unidos da América; Austrália e Nova Zelândia e criada uma cronologia dos marcos temporais. O enfrentamento do *apartheid* e do racismo provocou atrasos na condução da EEI e o protagonismo dos nativos na condução da EEI.

### ABSTRACT

In this article we will analyze the paths of indigenous school education (ISE) in three countries colonized by England. It aimed to use the ISE as a background to analyze the discrepancies in the conduct of school education, telling important historical events for the ISE. A bibliographic study was carried out on the ISE in the United States of America; Australia and New Zealand and a chronology of time milestones created. The confrontation of *apartheid* and racism caused delays in the conduction of the ISE and the protagonism of the natives in the conduction of the ISE.

### RESUMEN

En este artículo analizaremos los caminos de la educación escolar indígena (EEI) en tres países colonizados por Inglaterra. Tuvo como objetivo utilizar la EEI como antecedente para analizar las discrepancias en la conducta de la educación escolar, relatando hechos históricos importantes para la EEI. Se realizó un estudio bibliográfico sobre la EEI en los Estados Unidos de América; Australia y Nueva Zelanda y se creó una cronología de hitos temporales. El enfrentamiento del *apartheid* y el racismo provocó retrasos en la conducción de la EEI y el protagonismo de los indígenas en la conducción de la EEI.

### PALAVRAS-CHAVE:

Educação  
Educação Escolar Indígena  
Escola  
Inglaterra

### KEYWORDS:

Education  
England  
Indigenous School Education  
School

### PALABRAS-CLAVE:

Educación  
Educación Escolar Indígena  
Escuela  
Inglaterra

**SUBMETIDO:** 03 de março de 2022 | **ACEITO:** 02 de agosto de 2022 | **PUBLICADO:** 30 de agosto de 2022

© ODEERE 2022. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

## Introdução

Uma das únicas maneiras pelas quais os indígenas têm esperança de preservar sua cultura e superar as muitas desvantagens de suas vidas é recebendo as mesmas oportunidades educacionais que os não-indígenas. (Fiona Boland, 2009)

No estudo da história da educação escolar indígena (EEI) a partir dos exploradores ingleses, foi comparado e confrontado a trajetória da EEI a partir de três países colonizados. Os países em estudo foram: Estados Unidos da América (EUA); Austrália e Nova Zelândia. Pretende-se mostrar um panorama geral de cada história da EEI e detalhes importantes que corroboram na discrepância do tratamento dado aos nativos das regiões em estudo. O objetivo maior é percorrer o caminho da educação escolar indígena nos países em estudo e apontar a partir dos acontecimentos, as diferenças que ocorreram na condução da EEI.

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a educação escolar indígena nos países em estudo e após análise dos dados, foram destacados períodos e fatos históricos que corroborem para propor uma diferenciação no *modus operandi* do tratamento aos nativos, utilizando-se a EEI como parâmetro. Com isso, pretende-se analisar como a EEI foi utilizada como domínio cultural e linguístico e como na atualidade estes aspectos estão sendo trabalhados nestes países. Importante rever estes fatos da colonização e seus caminhos para a formação da EEI e como essas populações lidaram e lidam com a EEI. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa em andamento de doutorado.

Refletir sobre a EEI e suas minúcias é (re)ver como desde a colonização as diferenciações ocorreram pelo fenótipo do povo resistente e as implicações na EEI. Discorrer sobre a EEI destes países é ponderar acerca da própria história da educação escolar em países colonizados. Diferenciando a educação da educação escolar, pois em todas as nações antes de serem invadidas havia uma educação e um sistema de aprendizado que era relevante para cada nação e com a chegada dos colonizadores e seus preceitos religiosos e educacionais, os povos originários perderam muito da sua cultura, da sua educação.

Na construção deste artigo iremos inicialmente analisar aspectos da chegada dos Ingleses em terras estrangeiras e após analisar fatores históricos na EEI nos três países em análise (sem o aprofundamento que este tema exige). Em

seguida comparamos os aspectos que as diferenciam e finalmente como estão na atualidade.

### **A chegada e a “Missão”**

O *modus operandi* dos colonizadores, sejam portugueses, espanhóis ou qualquer outro, segue um padrão de violência e assimilação das populações nativas através da imposição religiosa e linguística. A chegada dos ingleses nos países em estudo também seguiu um padrão inicial, o que mudou foram os desdobramentos na EEI que veremos a frente.

Antes do desembarque de Colombo em 1492 os povos originários educavam suas crianças de maneira tradicional, desde tempos imemoráveis. Com a colonização dos europeus, houve uma imposição da cultura invasora, para com as populações indígenas de que resultou conflitos e segregações. Havia um sistema educacional em funcionamento nos povos indígenas norte americanos, onde a educação consistia em papéis específicos desempenhados por cada membro, que privilegiava o grupo como um todo. A transmissão do conhecimento tradicional ocorria dos mais velhos para os jovens, dos homens para os meninos, de mulheres para as meninas, abrangendo todo o conhecimento utilizado no resgate cultural, religioso e profissional de cada comunidade indígena. Criaram um processo educacional transmitido por meio da tradição oral e do treinamento prático, onde o aprendizado ocorria por aplicação e imitação. Ocorria um compartilhamento e cooperação dos conhecimentos, fatos históricos eram transmitidos e retransmitidos nas histórias e mitos, contadas pelos mais velhos. Gomes (2016) nos descreve a impressão europeia na chegada às Américas e sua imposição à nova cultura:

Os europeus acreditavam que todos os povos que não partilhassem dos seus hábitos, costumes, religião, formas de agir e de pensar eram inferiores. Essa postura justificava a imposição da sua cultura a essas sociedades, mesmo que para isso precisassem submetê-los, escravizá-los e até mesmo dizimá-los (GOMES, 2016, p. 100).

Quando os colonizadores chegaram, encontraram um sistema organizado nas comunidades indígenas, onde se privilegiava o respeito aos mais velhos e uma organização educacional que, segundo Henrietta Whiteman-Mann (Cheyenne) da Associação Nacional de Educação Indígena de 1972 (NIEA), a transmissão e

aquisição de conhecimentos e habilidades - não veio para o continente norte americano em Nina, Pinta e Santa Maria. Os nativos americanos educavam os jovens por meio de uma tradição oral rica.

Contrary to popular belief, education - the transmission and acquisition of knowledge and skills - did not come to the North American continent on the Nina, Pinta, and Santa Maria. We Native Americans have educated our youth through a rich and oral tradition. (Henrietta Whiteman-Mann, at the 1972 National Indian Education Association (NIEA) conference in Seattle)

Organização também estabelecida na Austrália, onde aproximadamente 500 povos originários espalhadas por toda a região, que falavam 300 línguas diferentes, com aproximadamente 175 mil nativos. A educação ocorria de forma oral, havendo uma hierarquia estabelecida das tarefas e suas organizações eram estruturadas e harmoniosas. Com a colonização inglesa, milhares de nativos foram mortos e aprisionados e muitos povos originários deixaram de existir, assim como a extinção de culturas e línguas. Boland (2009), afirma que durante o século XIX, três em cada quatro indígena não sobreviveram, mortos por lutas violentas, doenças ou fome.

Antes da chegada do Capitão Arthur Phillip em 18 de janeiro 1788 com 1,3 mil pessoas em 11 embarcações, ao fundar a primeira colônia (hoje Sydney), outros navegadores haviam visitado a região: portugueses em 1522 (Cristóvão de Mendonça) e em 1525 (Gomes de Sequeira) e por neerlandeses no século XVII (Willem Janszoon). Em 50 d.c. dois geógrafos Pomponius Mela e Ptolomeu denominaram o continente de *Terra Australis Incógnita* com a hipótese que lá seria a nascente do rio Nilo. Em 1770, após quase 300 anos de viagens, foi James Cook que divulgou a terra que hoje é chamada de Austrália, inicialmente a chamou de New South Wales/Nova Gales do Sul. (PARBURY, 2005)

A chegada em 1788 teve além da expansão territorial e exploração de terras alheias, a Inglaterra resolveu fazer da nova terra uma colônia penal. Entre 1787 e 1868, cerca de 914 navios deixaram a Grã-Bretanha e a Irlanda com aproximadamente 163.000 condenados. Por volta de 1868 os prisioneiros ingleses deixaram de ser enviados ao país. Aos condenados que lá estavam e já haviam cumprido suas penas era destinado um pedaço de terra para subsistência. Bateson (2004) escreve dos primeiros condenados que chegarem à nova terra:

Os retornos dos presos são contraditórios, mas as melhores evidências indicam que os seis navios de condenados navegaram com 568 prisioneiros homens e 191 mulheres - um total de 759 condenados [...] (BATESON 2004, p.97).

Parte da expansão inglesa ocorreu na Nova Zelândia que era habitada pelos Maoris, povo originário da Polinésia Oriental desde o século X, antes da chegada do primeiro europeu em 1642, o explorador Holandês Abel Janszoon Tasman, que nomeou as terras de Nieuw Zeeland, nome da sua terra natal, mas o mesmo não desembarcou em função de confronto com um povo indígena da ilha do sul. Somente em 1769 o Capitão James Cook navegou e mapeou ao redor das Ilhas Norte e Sul, dando às baías e pontos de referência nomes que continuam sendo usados até hoje. (ELSMORE, 1985)

Muito próximo o que teria ocorrido na Austrália, a chegada dos europeus às terras da Nova Zelândia foi inicialmente composto por degredados, marujos desertores ou caçadores de baleias. Em 1814, missionários católicos e protestantes começaram a evangelizar o país. Sua missão era converter os Maori da “barbárie à civilização”, baseado em noções de superioridade racial e cultural. Eles acreditavam no direito divino de impor sua visão de mundo sobre aqueles cuja cultura estava deslocando (FREIRE, 1972). Um exemplo da visão dos missionários está no pensamento do Reverendo anglicano Henry Williams, que o povo Maori era governado pelo o Príncipe das Trevas e o também reverendo anglicano da Church Missionary Society (CMS) Robert Maunsel abominava as canções (*waiata*), dizia que eram imundos e degradantes. O Bispo católico Jean-Baptiste François Pompallier, que era admirado pelos convertidos Maori à sua fé, desprezava-os como “neozelandeses infiéis” (ELSMORE, 1985).

Com prerrogativas de superioridade e com o intuito de adequar as populações nativas a sua vontade é que se teve início a educação escolar indígena como maneira de impingir a cultura inglesa. A religião foi a ferramenta mais comum dos colonizadores na aculturação e nas imposições culturais e linguísticas e a escola teria um papel fundamental para esse propósito.

### **O início da Educação Escolar Indígena e seus meandros**

Na história da educação escolar indígena norte americana conta-se com vários elementos, em sua composição inicial. Entre 1540 a 1617 várias frentes se

instalaram nos Estados Unidos com a prerrogativa missionária na catequização e instrução indígena, como por exemplo: os Jesuítas de predominância francesa em 1611 na região dos lagos, ao longo dos rios Mississippi e St. Lawrence; os Franciscanos espanhóis (1520) tiveram a companhia dos conquistadores do Novo México, Texas, Arizona e Califórnia; assim como os protestantes ingleses se estabeleceram na Nova Inglaterra em 1617 e os primeiros puritanos migraram para a América e se estabeleceram em Plymouth, Massachusetts, em 1620 (NAGY, 2017). A exploração nos EUA não foi uniforme e ao mesmo tempo em todo o território americano. Duzentos anos depois de iniciada a exploração, os indígenas do Oeste encontraram pela primeira vez os “exploradores” Lewis e Clark e com isso outros caminhos foram traçados e novas desapropriações e massacres foram estabelecidos. Acerca da educação imposta sobre os indígenas Vine Deloria, 1978, escreve:

A educação indígena foi construída sobre a premissa de que os indígenas tinham muito a aprender como homem branco; o homem branco que representa o mais alto nível de realização alcançado no processo evolutivo. A religião do homem branco era a melhor, sua economia superior, seu senso de justiça o mais aguçado, o seu conhecimento da história o maior. A tarefa do indígena era consumir pedaços e pedaços do mundo do homem branco na expectativa de que um dia ele se tornaria tão inteligente. (DELORIA, 1978, p.10)

O mesmo autor escreve que o processo educacional deve ser fundamentalmente diferente quando transmitida da sociedade branca à sociedade indígena. A educação na sociedade branca parece ser uma criadora de comunidades na produção de renda, negócios, entretenimento e recreação. Mas no ambiente autóctone, a educação é voltada para a comunidade indígena, na perpetuação da sua cultura e religiosidade (DELORIA, 1978). Suas histórias e mitos se entranham na educação e o conhecimento tradicional está inserido na estrutura educacional em toda história da educação indígena. Neste mesmo caminho Linda Witmer (1993), ressalva acerca do estudante formado pelas escolas de brancos e sua formação:

Temos experiência disso. Vários de nossos jovens foram criados anteriormente no Colégio das províncias do Norte. Eles foram instruídos em todas as suas ciências. Mas quando voltaram para nós, eram maus corredores, ignorantes de todos os meios de vida na Floresta. [...] Nenhum deles adequado para Caçadores, Guerreiros, nem conselheiros, eram totalmente bons para nada. (WITMER,1993). The Indian Industrial School: Carlisle, Pennsylvania, 1879-1918. (tradução própria)

Na Austrália o início da educação escolar indígena foi também condicionado aos missionários que tinham como objetivo a cristianização e instrução básica de leitura das escrituras. Em 1814 o governador Lachlan Macquarie fundou a primeira escola com crianças “nativas” em Parramatta onde funcionou até o fechamento em 1821. Com a direção do missionário William Shelly a educação se restringia a ler, escrever e aritmética, aos meninos sendo instruídos em agricultura, artes mecânicas e manufatura, enquanto as meninas aprendiam os trabalhos domésticos. A instituição nativa funcionava como um internato para crianças de quatro a sete anos de idade. Muitas vezes, essas crianças foram removidas de suas famílias e colocadas aos cuidados do superintendente da instituição (BROOK; KOHEN, 1991). Um notável exemplo deste período foi a jovem Maria Locke, filha de Yarramundi, chefe dos povos indígenas de Richmond, que em 1819 ganhou em primeiro lugar, o prêmio dos exames escolares (AUSTRALIAN DICTIONARY OF BIOGRAPHY, 2006). A notícia foi amplamente divulgada e no Sydney Gazette destacou:

[...] uma garota negra de quatorze anos de idade, entre três ou quatro anos na escola, levou embora o prêmio principal, para a satisfação dos dignos juizes e auditores (SYDNEY GAZETTE 17 de abril de 1819, apud BROOK; KOHEN 1991, p. 251). (tradução própria)

Praticamente na mesma época um jovem se destacou muito nos estudos e tinha uma história peculiar, pois foi encontrado vagando perto de New Norfolk (Tasmânia) em 1821 e levado por um colono, William Kermode, para Lancashire na Inglaterra, para ser educado e que adoeceu e morreu logo depois do retorno à Tasmânia em 1828. O menino cujo nome que lhe foi dado George Vandiemmen se destacou tanto que foi amplamente citado nos jornais da época e um professor de Lancashire, John Bradley, comentou “coloquemos indiscriminadamente todos os tons de pele da espécie humana no mesmo clima, permitir-lhes os mesmos meios para o desenvolvimento do intelecto, eu compreendo os negros acompanharão os brancos, pois a cor não prejudica os músculos e nem enerva a mente” (KNEALE, 2000, p. 457-8).

Em 1838 o governo instituiu o sistema de protetorado, em que as crianças deveriam ser levadas (sem mesmo a aprovação da família) para serem educadas de forma europeia, a segregação ocorria em todos os cantos da Austrália. É evidente que os nativos não queriam que seus filhos fossem arrancados de suas

famílias para serem educados a revelia. Em 1905 este afastamento foi legalizado no Aborigines Protection Act e revogado pelo Native Welfare Act 1963, em 1 de julho de 1964. Mais de um terço das crianças indígenas (até os 16 anos) foram afastados dos seus entes para “educação”, onde boa parte das crianças serviam de empregados domésticos e pastores para a sociedade não aborígine. O dia 25 de maio de 1997 foi declarado Dia Nacional do Desculpe, para que as organizações se desculpassem pela remoção de crianças aborígines de suas famílias. No dia 13 de fevereiro de 2008, o parlamento federal pede desculpas pelos erros do passado<sup>1</sup>.

A educação escolar indígena na Austrália começou a ser desenhada em 1848 quando foi estabelecido o Conselho Secular de Educação Nacional que funcionou junto com um conselho de escolas religiosas. Os nativos eram chamados de “negros” e o conselho observou que considerava isso sob a situação colonial existente, que era “impraticável fornecer qualquer forma de instalações educacionais para os filhos dos negros” (PARBURY 1999, p.67). Apesar de haver relatos de poucos estudantes nativos que frequentavam escolas estaduais, somente em 1880 foi aprovada a Lei de Instrução Pública que, pela primeira vez, introduziu a educação primária gratuita e obrigatória para todas as crianças na Austrália.

A lei proporcionou uma expansão no número de crianças que frequentavam a escola no geral, incluindo um aumento no número de crianças nativas matriculadas nas escolas primárias públicas. Números de um censo conduzido pelo Protector of Aborigines em 1882 mostrou que 200 crianças aborígines foram matriculadas em escolas, incluindo escolas governamentais e missionárias na Austrália, apesar das classes segregadas. Neste período houve a criação de escolas aborígines, como por exemplo: Warangesda Aboriginal School em 1880 e Brungle Aboriginal School em 1883 (CAZDOW, 2007). Apesar desta abertura havia um critério de aceitação da escola por parte da direção, impedindo que em muitas escolas houvesse objeções em matricular crianças “negras”. Mesmo assim, continuou a haver exemplos de Crianças aborígines expulsas, excluídas ou impedidas de frequentar a escola (CAZDOW, 2007; FLETCHER, 1989).

---

<sup>1</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=b3TZOGpG6cM>

Praticamente dois anos após o início da EEI na Austrália, a Nova Zelândia funda a primeira escola da missão, aberta por um professor, Thomas Kendall, em 12 de agosto de 1816 na Baía de Rangihoua e outras foram estabelecidas em Kerikeri, Waimate North e Paihia (JONES; JENKINS, 2011).

Os Maori já tinham suas escolas para ensinar sua própria genealogia e tradições (*whare wananga*), porém eles queriam enviar seus filhos para as escolas missionárias para acessar o conhecimento *Pakeha* (pessoas de pele clara ou a qualquer neozelandês não Maori), para desvendar os segredos dos *Pakeha*, que produziam grandes navios, armas poderosas e uma incrível variedade de produtos (WALKER, 2016). Pois para os Maori todo o conhecimento emana dos deuses, que o embutiram na natureza do mundo a ser descoberto pelos humanos. Por esse motivo, a busca e transmissão de conhecimento era um empreendimento sagrado confinado a *wananga* (na língua maori tradicionalmente transmite significados relacionados ao conhecimento altamente evoluído, tradição e artes ocultas). Frustraram-se, pois os missionários ensinavam apenas o básico para uma conversão e possível dominação cultural, além do evangelho.

Contudo, em 1830, os Maori utilizando-se da sua nova habilidade de ler e escrever, comunicaram-se por cartas e as entregavam a cavalo em todas as partes do país, com informações das invasões. Disseminaram a alfabetização Maori e capacitaram os mais eruditos, escrevendo sua genealogia e conhecimentos em livros de manuscritos familiares (JONES; JENKINS, 2011). O professor da missão em Mangungu (1848/49), Aperehama Taonui escreveu *Pukapuka Whakapapa mō ngā Tūpuna Maori*, que contava a história dos ancestrais *Hokianga* de *Kupe* e *Nukutawhiti* para seus descendentes modernos. Taonui aprendeu a genealogias quando jovem e na clandestinidade publicou o livro e o guardou, por medo da censura dos *Pakeha*.

Da chegada dos ingleses até a formação das primeiras escolas dos países em estudo, observam-se as discrepâncias e segregamentos ocorridos no primeiro estágio de formação da EEI. No transcorrer da história da EEI nestes países alguns marcos temporais são importantes para compreendermos sua construção e fortalecimento de uma educação escolar indígena com características próprias.

## O caminho da educação escolar indígena e os marcos temporais

Em todos os países houve um protagonismo e a tomada das rédeas da EEI e seus marcos temporais são delineados conforme a organização das populações indígenas e as leis vão se estruturando para propiciar aos povos originários a consolidação da EEI.

A educação escolar indígena nos EUA teve acontecimentos que fundamentaram suas estruturas e seus marcos temporais, como veremos adiante. Períodos temporais e acontecimentos na história americana que impactaram sobre os povos indígenas e ainda moldam quem são hoje. Delimitou-se o texto em períodos temporais para melhor criar a construção da história da educação indígena norte americana:

Período dos missionários (1492–1800), neste período alguns acontecimentos importantes ocorreram, como por exemplo: a palestra de Francisco de Victoria na Universidade de Salamanca, Espanha em 1539, defendendo que os indígenas eram homens livres e isentos da escravidão. Em 1568 os jesuítas (padres que pertenciam à Companhia de Jesus, uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica criada em 1534 pelo padre Inácio de Loyola) estabeleceram uma escola em Havana, Cuba, para indígenas da Flórida. O oficial do exército Richard Pratt, fundou o primeiro internato federal indígena em 1892, o Carlisle Indian Industrial School, na Pensilvânia e a fundação do Santa Fé Indian School em 1890, com o objetivo principal de "civilizar" ou assimilar crianças e jovens indígenas. Os internatos federais eram também conhecidos como escolas residenciais indígenas.

Período do Tratado (1789–1871), no Decreto do Noroeste de 1787, os Estados Unidos se comprometeram a fornecer uma educação adequada para os povos indígenas americanos. Em 1787 a Constituição foi estabelecida reconhecendo o *status* dos povos indígenas e cria a base para o relacionamento entre os povos indígenas e o governo federal. Durante o período do presidente Washington, foram feitos tratados com a Nação Seneca (1792) e com os Oneida, Tuscarora e Stockbridge Indians (1794), como parte da política histórica do governo de tentar "Civilizar" o indígena americano. Como supracitado, a expansão dos colonizadores não foi uniforme em todo o país. Nos Territórios do Oeste a população foi dizimada e em 1862 a lei de povoamento foi criada, permitindo que o governo vendesse terras sem a autorização de seus donos verdadeiros, os povos

indígenas. Neste período o governo dos EUA e os povos indígenas estabeleceram alguns tratados que continham uma disposição de que a educação seria fornecida aos membros da comunidade. Mostrando a discrepância entre regiões no território americano e as políticas públicas estabelecidas neste período.

Entre 1778 e 1871, os povos indígenas perderam a maioria de seus territórios originais, entre o Oceano Atlântico e o Rio Mississippi. Entre 1887 e 1934, o governo dos EUA tomou mais de trinta e sete mil quilômetros quadrados de terras, quase dois terços das terras da reserva indígena e doaram para colonos, na maioria das vezes sem compensação para os povos originários. Em 17 de setembro de 1778, o primeiro tratado entre os Estados Unidos e uma nação indígena foi assinada em Delaware (colônia da Pensilvânia) por William Penn. Em 1824 o Departamento de Serviço ao Indígena (BIA) é criado no Departamento de Guerra e em 1842 o número de internatos indígenas federais chegou a trinta e sete.

Período de Assimilação (1879 – 1934), em 1881 o número de escolas indígenas federais chegou a 106 e em 1882 o congresso determinou que os postos militares abandonados fossem transformados em escolas indígenas. Um marco importante para esse período foi a Lei de Distribuição Geral (Lei Dawes) introduzida em 8 de fevereiro, 1887 pelo senador Henry L. Dawes de Massachusetts. Dawes era o presidente do Conselho de Assuntos Indígenas e passou no Congresso a lei que tinha como objetivo final quebrar os governos dos povos originários, abolir as reservas e assimilar indígenas em não-indígenas na sociedade como agricultores. Para atingir esse objetivo, o Congresso decidiu dividir as terras dos povos originários em parcelas, 160 acres para cada chefe de família, 80 acres para cada pessoa com mais de 18 anos e cada órfão com menos de 18 anos, e 40 acres para cada pessoa com menos de 18 anos onde o “excedente” seria vendido aos agricultores não indígenas (1 acre equivale a 0,00404km<sup>2</sup> ou 0,404 hectare). E seria concedida a cidadania para quem aderisse e aos indígenas que abandonassem suas comunidades ancestrais, adotando os hábitos de “vida civilizada”. Por esse motivo este período é classificado de assimilação. Witmer (1993) afirma que o objetivo do processo de assimilação era a absorção da juventude:

Se as escolas da missão iniciaram o processo de alienação, o governo federal o completou com a política de assimilação no final do século XIX. Seu objetivo era a absorção da juventude indígena na corrente principal da

vida americana. Seus frutos, foram mais perda na identidade cultural para os indígenas. (WITMER, 1993, p. 73).

Período de Reorganização dos povos indígenas (1934-1958), o congresso aprovou a resolução 108 na câmara (1953) do senador Arthur Watkins (Utah) que implementou uma nova direção na política federal para os indígenas, o término do *status tribal*. Que segundo as palavras do próprio senador:

Filosoficamente falando, o problema da tutela indígena traz basicamente o mérito questionável de tratar o indígena de hoje como um indígena, em vez de um cidadão americano. [...] Tão rapidamente quanto possível devemos acabar com o status dos indígenas como tutelados do governo e conceder a todos os direitos e prerrogativas pertinentes à cidadania americana. (ARDY BOWKER, *Sisters in the Blood*, Washington, DC: WEEA Publishing Center, 1993, p. 20) (tradução própria)

Em 1954, a resistência à nova política de rescisão era forte entre os grupos indígenas e seus aliados. Como parte dessa assimilação cultural dirigida, outra política destrutiva foi inserida no Indian Relocation Act de 1956, uma espécie de reassentamento forçado em áreas urbanas como Minneapolis, Los Angeles, Chicago e San Francisco por meio de treinamento vocacional, que dispersou membros indígenas longe de suas reservas. Em 1960, sessenta e um povos originários foram exterminados nacionalmente.

Período de rescisão (1953 – 1971), o American Indian Movement (AIM) foi criado, em parte resultado da turbulência causada pela rescisão e relocação, como reivindicação dos direitos indígenas nos EUA, foi fundada em julho de 1968 em Minneapolis, Minnesota. Em 1966, os primeiros grupos de professores Indígenas foram formados em Niobrara, Macy e Winnebago, Nebraska e Montana (1968). O BIA (Bureau of Indian Affairs) estabeleceu o comitê consultivo nacional de educação indígena em 1967 e em 1968 o número de escolas indígenas federais atingiu 226, neste mesmo ano o senador Robert Kennedy iniciou uma investigação no Senado sobre a educação escolar indígena.

No período de assimilação nos EUA já havia 106 escolas federais em funcionamento, enquanto na Austrália, em 1901, foi declarada a Federação da Austrália. E a nova Constituição, havia apenas duas referências aos povos indígenas, nas seções 51 e 127, onde os estados manteriam o poder sobre os assuntos dos aborígenes e não os contariam no censo. Os mesmos foram classificados na mesma categoria da flora e da fauna.

Pouco ou quase nada foi feito acerca da educação escolar indígena nas décadas seguintes. Alguns pontos importantes na construção de uma identidade indígena foram à criação da AAPA (Australian Aboriginal Progressive Association, 1920 a 1928), que lutaram contra o conselho de proteção e em carta, escreveram ao Rei da Inglaterra e ao governo australiano, protestando e pedindo mais direitos civis. Em 1937 houve a primeira conferência da comunidade e dos estados sobre Aborígenes, que concluiu que o destino dos aborígenes dependia de políticas mais direcionadas, e recomendou todos os esforços para este (PARBURY, 1999, p.71). Em 1939 identificaram-se problemas com a educação do povo aborígine e o Conselho de Serviços Públicos recomendou a assimilação ao invés de políticas de segregação na educação escolar. Com o fim do protetorado aborígine, o Conselho de Serviços Públicos viu a transferência da responsabilidade da educação para a federação.

No mesmo período de assimilação os EUA, William Colenso imprimiu a primeira edição completa do Novo Testamento em 1837 na Nova Zelândia, houve a necessidade de educar os indígenas nos cantos mais remotos para propagar o evangelho, os educadores eram professores evangelizados Maori. Um resultado deste empenho em educar as populações mais remotas em Maori, foi constatado pelo o Reverendo William Williams em Poverty Bay em 1840 ao estabelecer uma estação missionária descobriu que os nativos já liam e escreviam (ELSMORE, 1985).

Em 6 de fevereiro de 1840 firmou-se o Tratado de Waitangi com os chefes da Confederação dos povos originários da Nova Zelândia, outros povos indígenas Maori e a coroa britânica em troca do direito de propriedade, como cidadãos britânicos, onde os quais aceitaram vender parte das suas terras à Coroa. O tratado foi assinado em duas versões inglês e Maori, continha três artigos que garantiam, primeiramente, a soberania da Rainha de Inglaterra sobre a Nova Zelândia; aos chefes dos povos originários, a continuidade da chefia e a permanência das suas terras e tesouros e por último garantia a todos os Maori os mesmos direitos que os colonos britânicos. Em 1841, a Nova Zelândia tornou-se colônia britânica, com Auckland como capital, sendo designado um governador britânico. Como o Tratado não foi respeitado, a população maori revoltou-se violentamente em 1845-1848 e 1860-1870.

A educação continuava nas mãos dos missionários e em 1847 o governo

subsidiou os internatos evangélicos para as crianças Maori isolando-as e cristianizando-as, todo o ensino era obrigatoriamente em inglês. O objetivo era assimilar os Maori o mais rápido possível na cultura europeia (BARRINGTON, 1970). Em 1858 foi criada a lei das escolas que tinham o papel de formar crianças maori para treinamento industrial e trabalho na terra e agricultura. O objetivo subjacente era preparar os Maori como mão de obra barata, criando uma subclasse trabalhadora, submissa e controlada pelo o estado. O inspetor escolar Henry Taylor declarou, “eu não defendo para os nativos nas atuais circunstâncias uma educação refinada ou alta cultura mental [...] eles são mais bem calculados para obter sua vida pelo trabalho manual do que mental” (SIMON, 1998, p. 11).

Em 1867 William Rolleston produziu um relatório (relatório Rolleston) que criticava as escolas missionárias por enfatizar a instrução religiosa antes de outros assuntos. O relatório encorajou o governo a introduzir o Native Schools Act 1867 para estabelecer escolas primárias nas comunidades Maori controladas pelo Department of Native Affairs. Mas para a instalação das escolas, os líderes tinham que fornecer terras e pedir ao governo sua implantação, contudo as lideranças Maori não tinham controle sobre o currículo. A língua maori foi confinada aos anos iniciais para a adaptação escolar, depois progressivamente o inglês era introduzido como meio de instrução em leitura, escrita e aritmética.

Em 1907, havia 97 escolas nativas em comunidades Maori rurais, enquanto na Austrália não havia nenhuma. A vida social no interior das aldeias agora estava centrada na nova tríade da escola, igreja e *marae* (local sagrado que serve para propósitos tanto religiosos como sociais). A genealogia do conhecimento Maori foi excluída e desqualificada, como inadequado, abaixo da "hierarquia do conhecimento" (FOUCAULT, 1980).

Com estudantes Maori se destacando nos exames de admissão, houve do governo uma atitude inadequada, a redução do currículo nas escolas nativas e em 1931 o então diretor de educação TB Strong argumentou que as escolas Maori deveriam treinar meninos para serem agricultores, as meninas para serem esposas e os professores não eram para encorajar os alunos Maori a fazer aritmética além do básico.

Em 1935 a educação passou a ser gratuita a todos e o Departamento de Educação instalou escolas de ensino médio nas comunidades rurais Maori e nos

distritos nativos, contudo o currículo conservou seu caráter de exclusão, uma vez que a cultura Maori não foi considerada e mantendo a formação de mão de obra para suprir as necessidades da classe social-econômica dominante. Em 1939 a faculdade de educação Auckland Teachers Training College recebeu o seu primeiro aluno Maori, porém sua formação foi interrompida pela guerra, atrasando em muito a luta Maori por uma educação escolar inclusiva.

### **Novos rumos na educação escolar indígena e atualidades desse processo**

Nos países em estudo, os marcos temporais para o fortalecimento da EEI estão carregados de preconceitos e morosidade do Estado em propiciar o acesso dos nativos a uma educação escolar de qualidade. Para Silva e Vergolino (2020, p.320), o “preconceito é uma “arma” que sempre foi utilizada contra as minorias. O homem branco sempre usou dessa ferramenta para se posicionar acima das camadas mais minoritárias, tendo seu poder baseado na discriminação”. Discriminação que se refletiu nos rumos que a educação escolar indígena teve entre os países que a população nativa tinha a pele negra.

A partir da década de 60 as escolas destinadas aos nativos nos EUA tiveram um novo rumo é o Período da Autodeterminação (1968), que até a atualidade, pode-se destacar a tragédia dos índices escolares na educação escolar indígena nos EUA. Em 1969, o senado recomendou criar um sistema federal de educação voltado a educação escolar indígena. Neste interim o presidente Lyndon Johnson em 1968, pede apoio e o fim da política de rescisão, enfatizando a autodeterminação como solução. Em 1970 o então presidente Nixon também critica a rescisão forçada. Afirmava que a rescisão forçada diz respeito ao efeito que teve sobre a esmagadora maioria das aldeias que ainda gozam de uma relação especial com o governo federal. Neste contexto, dois resultados da mensagem do presidente Nixon que impactaram a educação escolar indígena, foram a eventual aprovação dos estatutos de autodeterminação em Direito Público (PL) 93-638, (The Indian Self Determination and Education) de 1975 e a PL 100-297, Lei de assistência ao colégio comunitário tribal de 1978 (CROSS, 1999).

Com a aprovação da declaração de autodeterminação de 1975 pode ser considerado por todos, como o ano que termina o período de rescisão e o início da autodeterminação dos povos originários. Mas não houve repúdio explícito à

rescisão até que o presidente Reagan, emitiu uma declaração que o rejeitou em 1983.

Enquanto na Austrália a educação só teria nos anos seguintes ao fim do protetorado aborígine, um crescente na resistência a segregação das comunidades indígenas e em 1949, os aborígenes tiveram o direito de se inscrever e votar nas eleições federais, desde que fossem autorizados a votar em seu próprio estado, menos os da Austrália Ocidental, Queensland e no Território do Norte. Em 1956 os primeiros professores aborígenes graduados na Austrália começaram a lecionar em escolas públicas na costa norte. Em 1960 começou a primeira educação escolar para crianças aborígenes no Território do Norte. Os estudantes só podiam ficar na escola até os 10 anos. Em 1962 foi permitido que os indígenas votassem, porém, como não era obrigatório registrar, muitos não votaram.

Em 1967 ocorreu a aprovação do referendo federal que, pela primeira vez, foi concedido ao povo aborígine pleno direito de cidadania, incluindo um importante direito relacionado às crianças aborígenes à educação na inclusão e acesso às escolas. Em 1969, o primeiro esquema de subsídios para escolas secundárias aborígenes da Commonwealth que fornecia uma bolsa de estudos para alunos aborígenes, ajudando-os a permanecerem na escola primária (PARTINGTON, 1998).

Em 1970 o ensino bilíngue e intercultural começou a ser introduzido na educação escolar indígena. Uma mudança de paradigma importante para fortalecimento da cultura, da arte e valorização da história aborígine na educação das crianças. Em 1972 é criado o Departamento de Assuntos Aborígenes para fortalecimento cultural, neste mesmo ano, as escolas não podiam mais recusar matrículas de crianças aborígenes e foram empregados os primeiros auxiliares de professores aborígenes; um marco na educação escolar indígena e na transmissão do etnoconhecimento que por muito foi ignorado pelo o governo. Em 1975 foi criado um Grupo Consultivo Aborígine que se espalhou por todo o país e teria a função de aconselhar a comissão das escolas e em 1977 foi criado Aboriginal Education Consultative Group (AECG) em substituição ao Grupo Consultivo Aborígine, oficializando os assuntos aborígenes nas agendas governamentais.

No mesmo período em que os aborígenes tiveram o direito de se inscrever e votar nas eleições federais na Austrália, em 1949 o governo da Nova Zelândia aboliu o termo pejorativo “Native” do Native Affairs para Maori Affairs e as escolas passaram a ser escolas Maori, porém o currículo mantinha-se inalterado. Somente em 1960 com o relatório Hunn que as coisas começaram a mudar na educação escolar indígena na Austrália.

O então secretário de assuntos Maori, Jack Kent Hunn, a pedido do primeiro ministro Walter Nash, realizou um estudo sobre os Maori e no seu relatório levantou a questão da segregação que sofriam e pediu a integração dos Maori na sociedade da Nova Zelândia. Servindo como base para a política Maori ao longo dos anos 1960. Sendo evidente no seu relatório, diferenças entre os Maori e Pakeha, por exemplo: a expectativa de vida era 15 anos menor e o desemprego três vezes maior (HUNN,1961).

Parte da resposta Maori na educação foi estabelecer uma nova postura educacional, incluindo lições em casa, comitês de promoção educacional, fundos de arrecadação para educação e centros de recreação e educação. Apesar das mudanças em 1966, 85% dos alunos Maori saíam da escola sem qualificação e em 1969 os números eram de 79%, apesar das contribuições financeiras e dos avanços. Em 1975 uma pesquisa mostrava que a maioria dos jovens não falava a língua original Maori. Em 1975, o professor Whatarangi Winiata promoveu um programa chamado Geração 2000, para promoção da língua Maori, de grande sucesso, que foi um marco na educação escolar indígena Maori.

Também na década de 70 as comunidades indígenas do Alasca começaram a desenvolver seus próprios programas educacionais, voltados aos jovens nativos. Líderes indígenas do Alasca perceberam que as escolas controladas por suas comunidades teriam uma relevância cultural que fortaleceria o autoconceito dos estudantes e fornecia legitimidade aos indígenas a sua cultura. Segundo Willard Bill (1988) as escolas controladas pelos indígenas entenderam seus papéis no aprimoramento da cultura, autoconceito e confiança dos jovens indígenas confiados ao seu ensino e o professor pode promover a relevância cultural. O fato de que essas escolas controladas por indígenas aumentaram as matrículas era uma evidência de que as escolas estavam atendendo a uma

necessidade importante da qual os povos indígenas haviam sido privados por muitos anos.

Atualmente a OPI (Office of Public Instruction) fornece desde 2006 materiais exclusivos: aulas, livros, vídeos e materiais avaliados no aspecto cultural e histórico para a educação escolar indígena. Várias aulas de referências são produzidas e compartilhadas em todo espectro educacional. Entre os mais inovadores são aulas e modelos para jogos indígenas americanos tradicionais, um guia para o ensino de poesia nativa e duas aulas de ciências que enfocam a etnologia da astronomia tradicional.

Contudo, na Austrália em 1982, foi estabelecida a primeira Aboriginal Education Policy (AEP) e definiria as diretrizes curriculares e práticas pedagógicas que mais se adequava ao trabalho com crianças aborígenes. Destacando a necessidade das escolas consultarem suas comunidades aborígenes locais e materiais para auxiliarem os educadores nas suas práticas diárias. Em 1987 tornou-se obrigatório para as escolas incorporarem a AEP em seus currículos (PARBURY, 1999). A AEP foi revisada em 2004 pelo governo e a AECG (Aboriginal Education Consultative Group), onde o relatório concluiu que embora existam algumas escolas e comunidades onde “coisas boas estão acontecendo, onde povos aborígenes e não-aborígenes trabalham juntos para preparar as próximas gerações para futuros positivos” (p.181), houve muitos outros onde as atitudes eram “defensivos ou ambivalentes” (p.181) (NSW DET, AECG, 2004).

Apesar dos resultados escolares tenham melhorado muito os índices dos indígenas na Austrália nas últimas décadas, há muito a evoluir. Considerando os últimos 250 anos de negligência dos governantes os povos indígenas na Austrália têm se desenvolvido e transmitido seus conhecimentos tradicionais em suas práticas educacionais, preservando suas raízes culturais e suas tradições. E Boland (2009) conclui que:

Agora é reconhecido que não deve haver apenas uma liderança forte na educação indígena para criar uma cultura de aprendizagem que seja inclusiva para os povos indígenas, mas também deve haver liderança indígena na educação onde os indígenas estão ativamente no processo de educação garantindo que a identidade indígena é reconhecida e afirmada nas escolas. (BOLAND, 2009) (tradução própria)

Praticamente no mesmo período da Austrália, em 1981 na Nova Zelândia, foram criados os *kohanga reo* ("ninhos de linguagem") um movimento para promover, reforçar e fortalecer o uso de *te reo Maori*, a língua Maori. Em 1990 havia mais de 800 *kohanga reo* e em 1993 mais de 50% das crianças frequentavam as escolas de língua Maori (WALKER, 2016). Porém em 1990 o governo assumiu as *kohanga* e as exigências feitas para que os professores fossem qualificados em educação infantil, produziu o fechamento de mais de 400 *kohanga*. Mas no mesmo ano houve uma promoção das *Kura Kaupapa Maori* (escolas de imersão na língua Maori) onde haveria um aprofundamento da filosofia, dos valores culturais Maori, com o objetivo de revitalizar a língua, o conhecimento tradicional e a cultura.

Nos 17 anos seguintes houve a abertura de 71 *Kuras*, fortalecendo a educação escolar indígena e o etnoconhecimento. Sobre as *Kuras*, Linda Smith (1990), escreveu: "modo Maori de fazer coisas; controle Maori; autonomia maori". *Kaupapa Maori* é ao mesmo tempo uma "iniciativa de autodeterminação" proativa preocupada com a sobrevivência linguística e cultural, e "simultaneamente uma iniciativa de resistência reativa preocupada em responder à dominação da maioria" (SMITH, 1995). Walker (2016) argumenta que as escolas como instituições culturais/sociais exigem "rendição cultural" e historicamente marginalizaram a cultura e a língua maori.

Atualmente os currículos das escolas na Nova Zelândia segue uma diferença na sua constituição entre as escolas normais e as Maori, segundo o Ministério da Educação da Nova Zelândia (2012) elas são divididas da seguinte maneira: Escolas tradicionais compreende oito áreas de aprendizagem específicas no seu currículo: Inglês, Artes, Saúde e Educação Física, aprendizagem de Línguas, Matemática e Estatística, Ciência Social e Tecnologia. Nas escolas Maori o currículo (*Te Marautanga o Aotearoa*) tem nove áreas diferentes: "Te Reo Maori, *Pangarau* (Matemática), *Pūtaiao* (Ciência), *Hangarau* (Tecnologia), *Tikanga-a Iwi* (Ciências Sociais), *Nga Toi* (Artes), *Hauora* (Saúde e Educação Física), *Nga Reo* (Línguas) e *Te Reo Pakeha* (Inglês)" (Ministério da Educação NZ, 2012)

Após anos de preconceito e descaso com a cultura Maori a educação escolar indígena tem promovido nos bancos escolares suas crenças, culturas, linguagem e conhecimentos tradicionais. E o que começou em sala de aula, transcendeu e se tornou uma importante ferramenta na união e coesão entre as

comunidades Maori com sua juventude, na transmissão dos conhecimentos tradicionais e seus valores enquanto cultura. O papel dos educadores e das escolas Maori foi muito importante neste contexto histórico.

### **Considerações Finais**

Ao analisarmos a trajetória da educação escolar indígena em todo o mundo, podemos entender como uma sociedade traçou para os nativos seus preconceitos e preceitos Hegemônicos para seu próprio benefício. Desde a chegada com sua “Missão” em evangelizar e “educar” os nativos o *modus operandi* seguiu um padrão quase que universal em massacres e tomada de poder. Os ingleses seguiram as colonizações desapropriando as terras e impondo sua cultura e língua, contudo, a cor da pele do nativo provocou rumos diferentes para a educação escolar indígena nos países em estudo.

Não houve um abrandamento de um povo, em detrimento de outro, ou o massacre foi diferente ou as barbáries tenham sido amenizadas por conta da cor da pele, o que se discute neste trabalho são os caminhos que a educação escolar indígena teve na história destes países e como a cor da pele influenciou o andamento da EEI.

O que se observou com os marcos temporais na trajetória da educação escolar indígena foi a diferença na trajetória da EEI para os nativos dos EUA em comparação com os dos outros países em estudo, o enfrentamento do *apartheid* e do racismo que provocou atrasos na condução de uma educação escolar de qualidade. Esperamos com este trabalho proporcionar uma reflexão sobre o tratamento aos povos originários e da diferenciação do tratamento sob o julgo da cor da pele. Neste artigo observamos um único explorador como referência, contudo na história das colonizações (invasões) proferidas no mundo em especial aos países em África, observa-se uma diferença na condução das ocupações. A EEI pode ser um parâmetro para medir o preconceito que as populações nativas sofreram e sofrem nas suas terras de origem pela condução do Estado.

### **Referências**

Australian Dictionary of Biography, Lock, Maria (c.1805-1878). 2006.

- BARRINGTON, J., BEAGLEHOLE, T. **Escolas Māori em uma sociedade em mudança**. Wellington: Conselho de Pesquisa Educacional da Nova Zelândia. 1974.
- BATESON, C., *The convict ships, 1787-1868*. North Sydney, N.S.W.: Library of Australian History, 2004.
- BOLAND, F., **History of Indigenous Education**. Disponível em [http://bookbuilder.cast.org/view\\_print.php?book=20995](http://bookbuilder.cast.org/view_print.php?book=20995) acesso em 26 de fev 2021. 2009.
- BRAGANÇA, A. de; DEPELCHIN, J. Da Idealização da FRELIMO á Compreensão da História de Moçambique, *Estudos Moçambicanos*, (5/6), 29-52. 1986.
- BROOK, J. KOHEN, JL. *The Parramatta Native Institution and the Black Town: a history*. Kensington, NSW: NSW University Press, 1991.
- CASTILLO CARDENAS, G. *Teologia da Libertação de abaixo: A vida e o pensamento de Manuel Quintín Lame*. Nova York: Orbits Books, Maryknoll. 200 pp, 1987.
- CAZDOW, A. A., *NSW Aboriginal Education Timeline 1788-2007*, 2007.
- CROSS, R., *American Indian Education: The Terror of History and the Nation's Debt to the Indian Peoples*. *University of Arkansas em Little Rock Law Review* 21: 4, 963. 1999.
- DELORIA, Jr. V., *Red Earth, White Lies: Native Americans and the Myth of Scientific Fact*. Golden: Fulcrum Publishing. 1997.
- DILOLWA, C. R. **Contribuição à história económica de angola**. O. E. Imprensa Nacional de Angola, 1978.
- ELSMORE, B. **Como aqueles que sonham: o Māori e o Antigo Testamento**. Tauranga: Tauranga Moana Press., 1985.
- FLETCHER, J.J., **Clean, Clad and Courteous: A History of Aboriginal Education in NSW.**, 1989.
- FOUCAULT, M. *Conhecimento/poder*. New York, NY: Pantheon Books, 1980.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HUNN, J. K., *Relatório do Departamento de Assuntos Maori: com estatísticas suplemento*, 24 de agosto de 1960. Wellington: Imprensa do governo, 1961.
- JONES, A.; JENKINS, K. **He kōrero: Palavras entre nós: Primeiro Māori Conversas Pākehā no papel**. Wellington: Huia Publishers, 2011.
- New Zealand. Ministry of Education, *Pasifika Education Plan Monitoring Report: 2010*. Wellington: Ministry of Education., 2012.
- NSW DET; AECG., *The Report of the Review of Aboriginal Education*. Yanigurra Muya: Ganggurrinyma Yaari Guurulaw Yirringin.gurray *Freeing the Spirit: Dreaming an Equal Future* NSW Department of Education and Training, 2004. Darlinghurst. [https://education.nsw.gov.au/content/dam/main-education/about-us/careers-at-education/media/documents/aer2003\\_04.pdf](https://education.nsw.gov.au/content/dam/main-education/about-us/careers-at-education/media/documents/aer2003_04.pdf)
- PARBURY, N. **Aboriginal Education: a History**, in R. Craven (ed) *Teaching Aboriginal Studies*, Allen and Unwin, St Leonards. 1999.

PARTINGTON, G. In those days it was that rough; Aboriginal and Torres Strait Islander History and Education in Gary Partington (ed) Perspectives on Aboriginal and Torres Strait Islander education Katoomba: Social Science Press, 1998 pp 27–54. 1998.

SIMON, J. (ed.). Ngā Kura Māori: the native school's system, 1867-1969.

Auckland University Press. 1998. SMITH, G. **Taha Māori: captura de Pākehā**. Em J. Codd, R. Harker e R. Nash (Eds.), Questões política na educação da Nova Zelândia. Palmerston North, Nova Zelândia: Dunmore Press. 1990.

SMITH, G. **Whakaoho whānau. He Pukenga Korero**, 1 (1), 18-36. 1995.

SMITH, L. T. **Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples**. London & New York: Zed Books. 2012.

WALKER, R. **Reclaiming Māori education**. Em J. Hutchings & J. Lee-MORGAN (Eds.), **Decolonization in Aotearoa: Education**, research and practice (pp. 19-38). Wellington: NZCER Press., 2016.

WITMER, L. F., **The Indian Industrial School: Carlisle, Pennsylvania**, 1879-1918, Carlisle, PA: Cumberland County Historical Society, 1993.